



*Fernanda Paiva
Arrifana*

CONTAS 2020

*A Gerência de AMIGOS DE ARRIFANA – LIGA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
E MELHORAMENTOS apresenta à Assembleia-geral as CONTAS do
exercício de 2020.*

OS AMIGOS DA ARRIFANA

504 964 895

[Handwritten signature]
Fernanda da
Azeiteiro

Contas

1. Balanço _____	3
2. Demonstração dos Resultados por Naturezas _____	4
3. Demonstração dos Fluxos de caixa _____	5
4. Anexo às DF's _____	6

[Large handwritten number 7]

[Handwritten signature]
Dona
Waga

*Assinado e
Averba*

1. Balanço

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	195 900,83	190 667,82
Investimentos financeiros		867,82	565,19
		196 768,65	191 233,01
Activo Corrente			
Cientes		1 350,00	100,00
Estado e outros entes públicos		1 832,57	254,97
Outras contas a receber		295,02	5 403,93
Diferimentos	13.2	958,10	1 051,98
Outros activos financeiros		500,00	500,00
Caixa e depósitos bancários	4	129 839,40	101 980,37
		134 775,09	109 291,25
Total do activo		331 543,74	300 524,26
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.3	15 709,31	15 709,31
Resultados transitados	13.3	145 658,31	139 563,60
Outras variações no capital próprio	13.3	98 915,74	101 780,27
		260 283,36	257 053,18
Resultado líquido do período		34 239,18	6 094,71
Total do fundo de capital		294 522,54	263 147,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar	13.6	18 557,59	18 557,59
		18 557,59	18 557,59
Passivo corrente			
Fornecedores	13.4	7 511,26	3 727,39
Estado e outros entes públicos	13.5	505,45	195,82
Diferimentos	13.6	0,00	1 626,06
Outras contas a pagar	13.6	10 446,90	13 269,51
		18 463,61	18 818,78
Total do passivo		37 021,20	37 376,37
Totais dos fundos patrimoniais e do passivo		331 543,74	300 524,26

[Handwritten signatures]

Handwritten signature and date: 2020

2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

Balço individual em 31 de Dezembro de 2020		Unidade Monetária: euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	8	59 079,37	54 784,33
Subsídios, Doações e legados à exploração	9/13.7	103 058,28	64 858,22
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(30 410,82)	(27 228,82)
Fornecimentos e serviços externos	13.8	(22 419,54)	(24 099,45)
Gastos com o pessoal	11/13.6	(70 880,07)	(58 721,47)
Outros rendimentos e ganhos	13.9	4 350,25	5 094,30
Outros gastos e perdas	13.10	(1 171,57)	(827,79)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		41 605,90	13 859,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.1.5	(7 366,71)	(7 764,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34 239,19	6 094,71
Juros e gastos similares suportados		(0,01)	0,00
Resultado antes de impostos		34 239,18	6 094,71
Resultado líquido do período		34 239,18	6 094,71
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			
Contabilista Certificado CC n.º 53408		A Direcção	

Handwritten signatures and date: 2020

*Françoisa
Ansel*

3. Demonstração dos Fluxos de caixa

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2020

RUBRICAS	31/12/2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo	
Recebimentos de utentes	59 315,87
Recebimentos de Subsídio à Exploração	105 138,61
Pagamentos a fornecedores	(53 260,07)
Pagamentos ao pessoal	(56 169,38)
Caixa gerada pelas operações	55 025,03
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos	(15 661,08)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	39 363,95
Fluxos de caixa das actividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
<i>Activos fixos tangíveis</i>	(11 504,92)
<i>Investimentos financeiros</i>	
Recebimentos provenientes de:	
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(11 504,92)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Pagamentos respeitantes a:	
<i>Juros e gastos similares</i>	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	27 859,03
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	101 980,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	129 839,40

[Handwritten signatures and initials]

Handwritten signature and text:
 Fernando P. Azeiteiro

4. Anexo às DF's

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da Entidade: AMIGOS DE ARRIFANA – Liga de Solidariedade Social e Melhoramentos

Sede: Largo de Santo António nº3 - Arrifana

Natureza da atividade: Associação de Direito Privado (CAE – 88990)

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo - ESNL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março, tendo sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo.

2.2 *Indicação e justificação das disposições do NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da entidade. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2020 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2019.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Handwritten signature and text:
 António
 6
 António

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

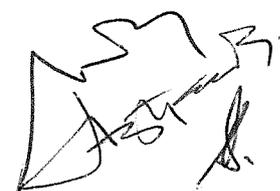
3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação



Handwritten signature and text:
 Segunda fase
 Arel

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos/gastos ou ganhos/perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Handwritten signature and text:
 8
 Henrique

Handwritten signature and notes:
 [Signature]
 2020
 Análise

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores / associado/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Handwritten signature and notes:
 [Signature]
 9
 [Signature]

*Finalizado
Anexo*

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “ a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

10

Finalizado

Handwritten signature and text: "Revisado por Ane Elis"

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,00% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 FLUXOS DE CAIXA

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	Saldo em 31-12-2020	Saldo em 31-12-2019
Caixa	546,18	1 860,98
Depósitos à Ordem	79 293,22	50 119,39
Depósitos a Prazo	50 000,00	50 000,00
Total de caixa e depósitos bancários	129 839,40	101 980,37

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da entidade.

Handwritten signature and text: "Andre"

Handwritten signature and date: 12/12/2020

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

6.1.1. Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

6.1.2. Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

6.1.3. Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

6.1.4. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Rubricas	Situação em 31/12/2020			Situação em 31/12/2019		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções	264 763,38 €	79 871,50 €	184 891,88 €	261 997,79 €	74 870,91 €	187 126,88 €
Equipamento básico	54 654,39 €	48 204,20 €	6 450,19 €	49 763,19 €	46 561,91 €	3 201,28 €
Equipamento de transporte	34 400,00 €	30 590,62 €	3 809,38 €	30 200,00 €	29 978,12 €	221,88 €
Equipamento administrativo	9 878,93 €	9 129,55 €	749,38 €	9 136,00 €	9 018,22 €	117,78 €
Total	363 696,70 €	167 795,87 €	195 900,83 €	351 096,98 €	160 429,16 €	190 667,82 €

Handwritten signature and date: 12/12/2020

6.1.5. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2019	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2020
Edifícios e outras construções	187 126,88 €	2 765,59 €			5 000,59 €		160,00 €	185 051,88 €
Equipamento básico	3 201,28 €	4 731,20 €			1 642,29 €			6 290,19 €
Equipamento de transporte	221,88 €	4 200,00 €			612,50 €			3 809,38 €
Equipamento administrativo	117,78 €	742,93 €			111,33 €			749,38 €
Outros activos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €			0,00 €			0,00 €
Total	190 667,82 €	12 439,72 €	0,00 €	0,00 €	7 366,71 €	0,00 €	160,00 €	195 900,83 €

7 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	30.410,82	0,00	0,00	27.228,82	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	30.410,82	0,00	0,00	27.228,82	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				30.410,82			27.228,82
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

Handwritten signature and date: 2020

RÉDITO

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	57.495,37	53.560,33
Quotas e joias	1.584,00	1.224,00
Juros	0,00	0,00
Total	59.079,37	54.784,33

9 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
Subsídio para Investimento		
Instituto de Segurança Social	40.482,65	41.830,67
Camara Municipal da Guarda	48.475,61	49.739,37
Governo Civil da Guarda	2.342,87	2.410,27
Junta de Freguesia da Arrifana	7.614,61	7.799,96
Apoios do Governo		
	0,00	0,00
Total	98.915,74	101.780,27

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€.

11 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2019, foram 0. Os órgãos diretivos não usufruem as seguintes remunerações.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 7, incluído o pessoal com o apoio do IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	57.189,62	48.587,47
Encargos sobre as Remunerações	9.882,93	8.571,49
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças	1.263,36	1.201,41

Handwritten signature and date: 14

Handwritten signature and date: 16/12/2020

Profissionais		
Outros Gastos com o Pessoal	2.544,16	361,09
Total	70.880,07	58.721,47

12 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2020 e 2019, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

13 OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Financiamentos/patrocinadores/doadores	0,00	0,00
Outros Devedores (IEFP e Fornecedor)	295,02	5.403,93
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Total	295,02	5.403,93

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros	958,10	1.051,98
Total	958,10	1.051,98
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídio do IEFP	0,00	1.626,06
Total	0,00	1.626,06

13.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	15.709,31	0,00	0,00	15.709,31
Resultados transitados	139.563,60	3.094,71	0,00	145.658,31
Outras variações nos fundos patrimoniais	101.780,27	0,00	2.864,53	98.915,74
Total	257.053,18	3.094,	2.864,53	260.283,36

3.4 Fornecedores

Handwritten signature and date: 15

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	7.511,26	3.727,39
Total	7.511,26	3.727,39

13.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.832,57	254,97
Retenção na fonte	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00
Total	1.832,57	254,97
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	45,00	43,00
Segurança Social	336,03	127,47
FCT/FGCT	124,42	25,35
Total	505,45	195,82

13.6 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		565,15		3.292,19
Credores por acréscimo de gastos		9.881,75		9.823,11
Outros Credores	18.557,59	0,00	18.557,59	154,21
Total	18.557,59	10.446,90	18.557,59	13.269,51

13.7 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	101.708,28	64.783,22
Doações e heranças	1.350,00	75,00
Total	103.058,28	64.858,22

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

Handwritten signature and date: 17/12/2020

13.8 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	4.266,71	6.460,75
Materiais	964,29	847,93
Energia e fluidos	12.543,25	13.511,74
Deslocações e estadas	0,00	5,22
Serviços diversos	4.645,29	3.273,81
Total	22.419,54	24.099,45

13.9 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Imputação de subsídios para investimentos	2.864,53	3.289,79
Sinistro	0,00	528,50
Consignação de IRS	1.257,7	1.227,79
Outros rendimentos e ganhos	228,02	48,22
Total	4.350,25	5.094,30

13.10 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos e taxas	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	1.171,57	827,79
Total	1.171,57	827,79

13.11 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,01	0,10
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,01	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	0,00

13.12 Acontecimentos após data de Balanço

Handwritten signature and date: 17/12/2020

Handwritten signature and notes in the top right corner.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Arrifana, 02 de março de 2021

O Contabilista Certificado,

Lara Cristina Martins da Fonseca

Lara Cristina Martins da Fonseca

CC N° 53408 - NIF - 213705168

A Direção,

Handwritten signatures of the board members:
Agostinho Marques Pin
João Manuel Martins Almeida
Luís de Azevedo Pedro de Almeida
Maria Helena Alves Borges Almeida



Fernanda Costa
Anelias

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

Nos termos da Lei e do pacto social, a Gerência de AMIGOS DE ARRIFANA – LIGA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E MELHORAMENTOS apresenta à Assembleia-geral da Associação o RELATÓRIO DE GESTÃO do exercício de 2020.

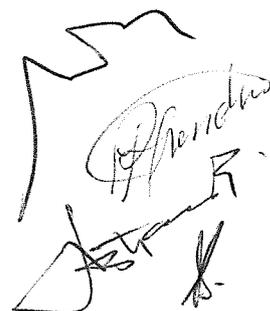
OS AMIGOS DA ARRIFANA

Arrifana

André
Azeiteiro
Miguel

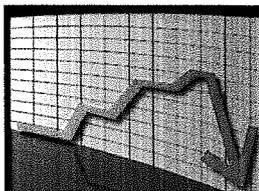
Relatório de Gestão

Introdução	1
Atividade Institucional	2
Recursos Humanos	4
Investimento	6
Análise económica e Financeira	7
Proposta de Aplicação de Resultados	9
Perspetivas Futuras	10
Factos relevantes ocorridos após termo do exercício	11
Dívidas ao Estado e à Segurança Social	12
Nota Final	13



Handwritten signature and stamp, possibly indicating approval or completion of the document.

Handwritten signature and text:
Ferreira
Arrifana
Arrifana



Introdução

OS AMIGOS DA ARRIFANA – LIGA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E MELHORAMENTOS foi constituída em 25 de Maio de 2000. É uma Instituição particular de solidariedade social que tem por objetivo contribuir para a promoção da população da Freguesia de Arrifana, bem como do Concelho da Guarda e ainda do Distrito da Guarda.

Para a realização dos seus fins, a Associação em 2020 manteve as atividades de proteção e apoio aos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou de diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho, nomeadamente através da manutenção do centro de dia e serviço de apoio domiciliário para idosos (apesar de todos os constrangimentos e procedimentos exigidos perante uma situação pandémica COVID-19). Também em 2020 foram desenvolvidas atividades de índole culturais e recreativas. Assim, dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, a Liga continuou em 2020 a procurar dar o seu contributo, procurando com a sua atividade responder aos desafios sociais em agenda e em linha com a sua missão.

Handwritten signature and text:
Arrifana
Arrifana
Arrifana

*Flávia
Fernanda Patr
Azeite*

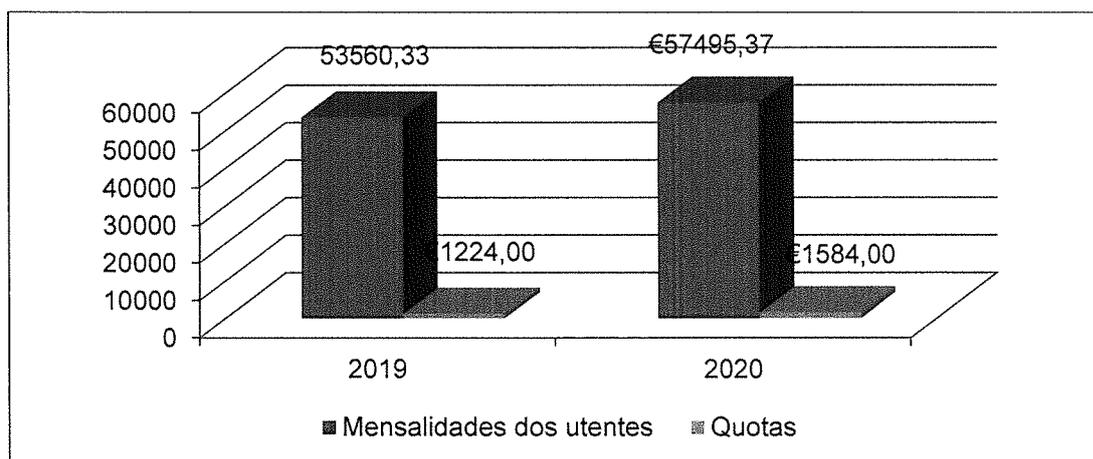


Atividade Institucional

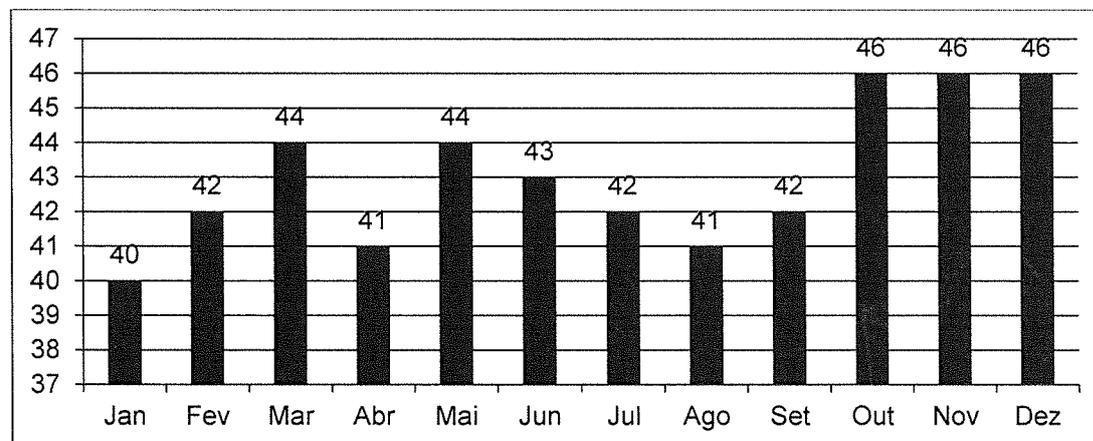
Mensalidades (Volume de Negócios)

A instituição aumentou o volume de negócios relativamente ao ano anterior conforme se pode constatar no gráfico seguinte. Para este aumento contribuiu o acolhimento e transferência dos utentes do Centro de Dia das Gonçalbocas, que se registou a partir de maio de 2019.

Apresenta-se de seguida a evolução Mensalidades 2019 para 2020:



A instituição em 2020 continuou a desenvolver ações de sensibilização e angariação de novos utentes, aumentando o número dos seus utentes, pelo que no final de 2020 tinha em média 43 utentes nas duas valências (16 no Centro de Dia e 27 em Apoio Domiciliário), subindo a média relativamente a 2019 que era de 41.



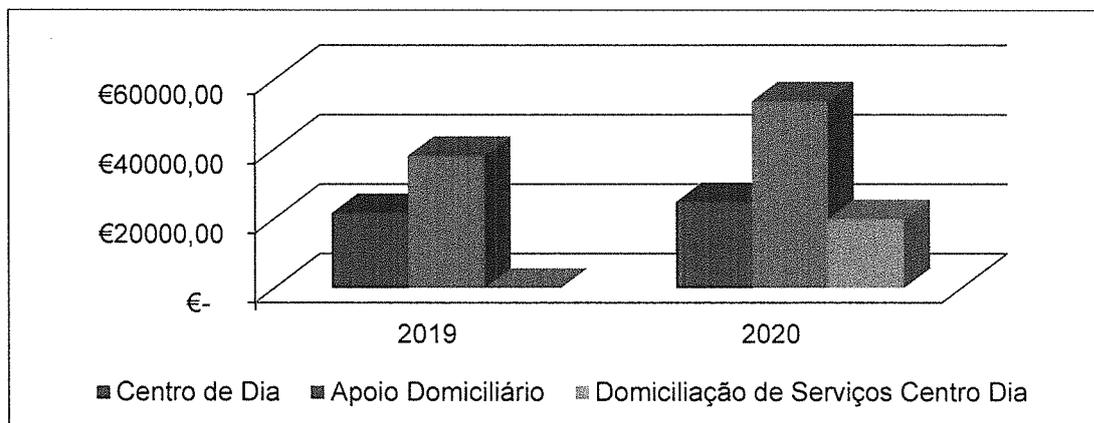
*Flávia
Fernanda Patr
Azeite*

*Fernanda Leite
Ac&C*

Acordos de Cooperação

A comparticipação financeira da segurança social no ano de 2020 foi de 98.272,44€, em que 24.726,84€ para a valência Centro de Dia, 53.747,04€ para a valência de Apoio Domiciliário e 19.798,56€ para a domiciliação de serviços Centro de dia- Esta domiciliação deveu-se à situação pandémica em que a instituição viu-se obrigada a manter os seus utentes centro de dia no seu domicilio prestando-lhe ai todo o apoio.

COMPARTICIPAÇÕES IGSS



*Fernanda Leite
Ac&C*

[Handwritten signature]
Fundação Parto
Azeite

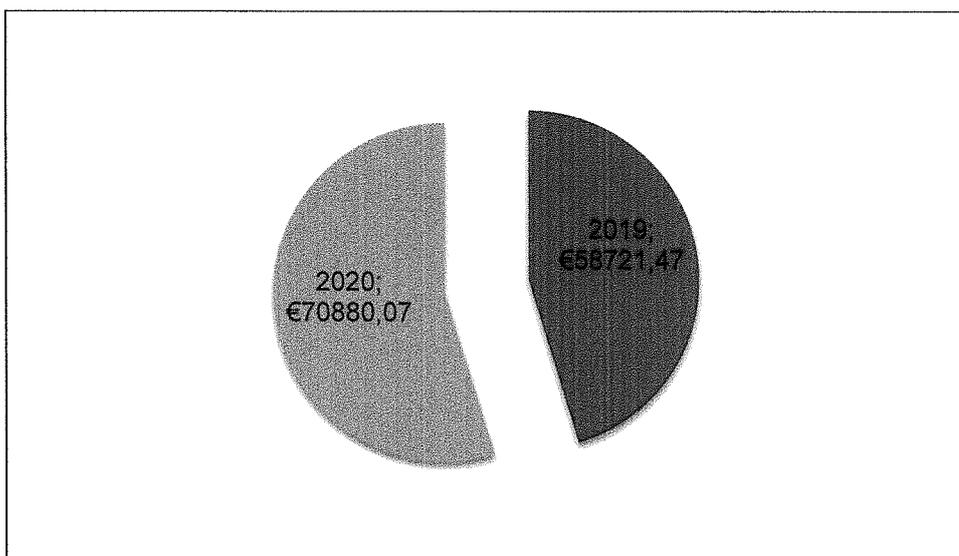


Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos, o número médio de pessoas no quadro da instituição foi de 7 trabalhadores, mantendo-se relativamente a 2019. Recorrendo, quer em 2019 quer em 2020 a apoios à contratação.

Trata-se de uma equipa, constituída por colaboradores qualificados e que prima pela sua flexibilidade, eficiente coordenação entre todos os elementos e respeito pelo utente.

Os gastos com o pessoal em 2020 foram de 70.880,07€ e em 2019 foram de 58.721,47€.



[Handwritten signature]
Fundação Parto
Azeite

[Handwritten signature]
Fernanda Leite
2023

Os valores apresentados dos gastos com o pessoal incluem as remunerações dos bolsiros, que recebeu do IEFP. O valor que o IEFP participou em 2020 foi de 6.866,17€.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

*Fernando Leite
A.E.S.S.*



Investimento

No decurso do exercício de 2020, a Instituição investiu essencialmente em equipamento de transporte e efetuou obras no edifício reabilitando o r/c para uma sala de convívio e refeições (para que fosse possível cumprir com o distanciamento dos seus utentes) e colocou bancadas na cozinha para permitir uma desinfeção mais eficiente.

Rubricas	Investimentos - 2020	Alienações
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	
Edifícios e outras construções	2.765,59 €	
Equipamento básico	4.731,20 €	
Equipamento de transporte	4.200,00 €	
Equipamento administrativo	742,93 €	
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	
Total	12.439,72€	0,00 €

Assinado

Fernando Leite

2020

*Ferreira Part
Análisis*



Análise económica e Financeira

Análise Económica

- As receitas realizadas tiveram como origem no recebimento de mensalidades dos Utentes, da Compartição do IGFSS, de quotas, do subsídio obtido do IGFSS, subsídios do IEFP e de donativos e consignação de IRS.
- As despesas foram baseadas em critérios definidos pela Direção, repartindo-se em gastos de funcionamento.

A instituição no exercício de 2020 apresenta **resultados positivos**, quer em termos operacionais quer em termos líquidos. Os Resultados líquidos apresentam-se em 34.239,18€ em 2020 e em 2019 apresentavam-se em 6.094,71€.

Importa realçar que a instituição obteve um resultado antes das amortizações, gastos de financiamento e impostos positivo de 41.605,90€, fruto do esforço realizado com uma gestão financeira com muito rigor no controlo das despesas operacionais e de aumento de mensalidades (aumento de utentes) e do apoio extra dado quer pela Segurança Social quer pelo IEFP para minimizar os efeitos da Pandemia.

Em termos da Estrutura de “Rendimentos e Ganhos” e “Gastos e Perdas”, apresenta a composição seguinte:

Rubricas	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Mensalidades	57 495,37 €	53 560,33 €	3 935,04 €	7%
Quotas e joias	1 584,00 €	1 224,00 €	360,00 €	29%
Comparticipações e Sub.Exploração	103 058,28 €	64 783,22 €	38 275,06 €	59%
Donativos	- €	75,00 €	- 75,00 €	-100%
Consignação de IRS	1 257,70 €	1 227,79 €	29,91 €	100%
Outros Rendimentos Operacionais	3 092,55 €	3 866,51 €	- 773,96 €	-20%
Totais	166 487,90 €	124 736,85 €	41 751,05 €	

Rubricas	2020	2019	Variação	
			Valor	%
Custo das Materias Consumidas	30 410,82 €	27 228,82 €	3 182,00 €	12%
Fornecimentos e Serviços Externos	22 419,54 €	24 099,45 €	- 1 679,91 €	-7%
Gastos com Pessoal	70 880,07 €	58 721,47 €	12 158,60 €	21%
Depreciações	7 366,71 €	7 764,61 €	- 397,90 €	-5%
Outros Gastos Operacionais	1 171,57 €	827,79 €	343,78 €	42%
Totais	132 248,71 €	118 642,14 €	13 606,57 €	

Resultado antes DGF e Inpostos	41 605,90 €	13 859,32 €
Resultado Líquido do Exercício	34 239,19 €	6 094,71 €

Ass: [Assinatura]
Andre
2020

Handwritten signature and text:
 Fernando Paul
 A.E.C.

Análise Financeira

- Da análise ao balanço, podemos concluir que a instituição tem vindo a reforçar a sua autonomia financeira (grau de **autonomia financeira** cifra-se no final de 2020 em 89%.) e que é independente face às responsabilidades assumidas, criando uma segurança aos seus credores (**Solvabilidade** 7,96)
- Relativamente à Liquidez Geral e Liquidez Reduzida a instituição apresenta um valor de 7.30. Estes rácios medem a capacidade da instituição fazer face às suas obrigações. A instituição encontra-se com uma boa situação financeira, e com uma boa capacidade de realizar liquidez para fazer face às responsabilidades assumidas. Ou seja, 730% das responsabilidades de curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo aos meios financeiros líquidos, cobrança dos créditos de curto prazo.
- O **Fundo Maneio** constitui uma margem de segurança para a instituição, sendo a parte dos fundos a longo prazo que financiam os ativos correntes. A instituição apresenta um Fundo de Maneio de 116.311,48€ o que exprime claramente a existência dessa margem de segurança, visto que, uma parcela dos capitais permanentes com grau de exigibilidade de médio e longo prazo está a financiar uma determinada parte do ativo circulante que apresenta um grau de liquidez de curto prazo.
- A Rubrica da Caixa e seus Equivalentes apresenta um valor de **129.839,40€**
- **Cash Flow Operacional** apresenta no final do exercício de 2020 um valor de 41.605,90 euros, sendo que em 2019 era de 13.859,32€

Rácios de Estrutura de Capital	2020	2019
Autonomia Financeira Capital Próprio/Ativo Total	89%	88%
Solvabilidade Capitais Próprios / Passivo Total	7.96	7.04

Rácios de liquidez	2020	2019
Liquidez Geral (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	7.30	5.81
Liquidez Reduzida (Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente)	7.30	5.81

Handwritten signature and text:
 Fernando Paul
 A.E.C.

Fernando Antunes



Proposta de Aplicação de Resultados

A direcção, propõe que o resultado líquido do exercício de 2020, no valor 34.239,18€, tenha a seguinte aplicação:

Resultados Transitados 34.239,18€

Fernando Antunes
Antunes
Antunes

Handwritten signature and text:
Feira da Part
Ave 82

Perspetivas Futuras

A Direcção considera, que os resultados obtidos a todos os níveis pela instituição reforçam que estão a caminhar num bom sentido, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível da qualidade, confiança e conforto dos seus utentes.

A pandemia de COVID-19 (Coronavirus) veio criar um cenário a que a instituição nem ninguém estava preparado. Perante esta situação a Direcção e a sua equipa elaboraram um Plano de Contigência onde fazem um planeamento flexível para fazer face à pandemia do COVID-19, com o objectivo de minimizar os seus impactos, garantindo tanto quanto possível, a continuidade da prestação dos serviços. A Direcção está a agir de forma pró-ativa, imbuída de um espírito de atenção, serenidade e de união. Está e irá sempre que lhe seja possível aproveitar todos os instrumentos que lhe permitam continuar a garantir a liquidez e manter os postos de trabalho e a qualidade de serviço prestada aos seus utentes, que mais que nunca precisam de cuidados. Neste sentido a Direcção entende que apesar dos potenciais impactos decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

A Direcção propoem-se ainda a elaborar um estudo de viabilidade para avançar com a criação de uma Unidade Residencial para Idosos.

Handwritten signature and text:
Ass. 1.º
Ass. 2.º
Ass. 3.º

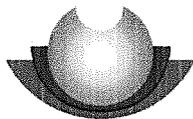
Amélia
Fernanda da
Amélia

Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

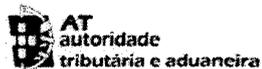
Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para as actividades da instituição

Amélia
Fernanda da
Amélia

*Fernando Paul
Azeite*



SEGURANÇA SOCIAL



Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A instituição não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).

*Fernando Paul
Azeite*

*Fernando Pinto
Azeite*

Nota Final

A Direcção agradece a todos os elementos dos Corpos Sociais a disponibilidade para o desempenho dos seus cargos. Esta disponibilidade que de forma desinteressada contribui com a sua solidariedade para esta obra de todos nós em prol de todos nós, enobrece quem a pratica, independentemente das suas convicções.

Agradece aos utentes, socios e familiares que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Instituição.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da instituição, com o seu profissionalismo e dedicação, a Direcção deseja expressar o seu agradecimento.

Arrifana, 02 de março de 2021

A Direcção

*Agostinho Marques Pires
João Manuel Martins Afonso
Henrique Ascensão Roberto Afonso
Marta Teixeira Alves Borges Mendes*